

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Processo estrutural como instrumento de proteção do meio ambiente

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini

José Cléber De Araújo Moreira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

A última década foi marcada por desastres ambientais, dos quais são exemplos o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho e o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Após essas tragédias restou evidente que o Estado encontrou muita dificuldade na "administração" dessas crises. As políticas públicas e os programas criados não foram eficazes por motivos de diversos, dentre eles, financeiros, jurídicos, e ausência de expertise. Do ponto de vista teórico, é possível dizer que as consequências naturais dos acontecimentos narrados configuram problemas estruturais, em razão da sua singular complexidade e do litígio estrutural que revela ou desencadeia. Sabe-se que a evolução da sociedade e o nascimento de novos conflitos, bem como o papel judicial de realizar a constituição, exigem que as legislações avancem, o que inclui a adaptação de procedimentos e técnicas processuais, que fazem o processo, paralelamente, tornar-se instrumento de proteção e conservação ambiental.

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo principal identificar a necessidade e existência de mecanismos processuais capazes promover a proteção e restauração meio ambiente em contextos de desastres ambientais, sobretudo diante de eventual inefetividade da atuação do Estado, por meio de suas política públicas.

Material e Métodos

Para estruturação do trabalho foi utilizada pesquisa essencialmente bibliográfica e documental, sob o método hipotético dedutivo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) é a referência legal fundamental. Já como fontes secundárias, tem-se a interpretação de autores sobre os temas relacionados, complementado com o estudo da legislação pertinente e decisões judiciais. Essa abordagem ampla visa contextualizar os aspectos jurídicos e sociais envolvidos na pesquisa, no intento de oferecer uma visão abrangente e multifacetada das questões em análise.

Resultados e Discussão

O processo estrutural tem potencial para promover a proteção, e especialmente a restauração do meio ambiente atingido pelos desastres ambientais. Através dele os envolvidos podem manifestar-se na construção de decisões democráticas e dialógicas, afastando ou diminuindo a omissão e inefetividade da atuação estatal. Nota-se que o modelo de jurisdição tradicional é manifestamente insuficiente para solução de litígios complexos, com

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



multipolaridade e policentria. É preciso priorizar decisões construídas de forma participativa, inclusive para que elas sejam mais bem executadas. A prestação jurisdicional, nessa linha, pode ser prestada por órgãos de cúpula, como STF, através de ações como a ADPF, ou mesmo nas instâncias ordinárias, em ações civis públicas e ação popular, ou ordinárias. Em ambas, há possibilidade de amicus curiae, audiências públicas, e oitiva dos envolvidos. Nota-se, porém, que a legislação ainda é tímida, que há muito que evoluir, e que a população precisa participar mais.

Conclusão

O processo estrutural, em regra, versará sobre questões complexas e técnicas, mas apesar disso, o avanço do direito processual mostra-se um relevante elemento de efetivação da proteção e restauração do meio ambiente, por permitir a atuação, ainda que complementar, do Judiciário e a construção dialogada das decisões judiciais. Além disso, tem como pano de fundo o acesso à justiça efetivo. Nessa linha, a legislação processual deve evoluir de forma criativa, para ser cada vez mais fecunda.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil contemporâneo. p. 5 Disponível em: http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/uploads/2017/09/constituicao_democracia_e_supremacia_judicial.pdf. Acesso em: 20/11/2024.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Elementos para uma teoria do processo estrutural aplicada ao processo civil brasileiro. In: ARENHART, Sergio Cruz; JOBIM, Marco Félix. Processos Estruturais. 3ª ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

VITORELLI, Edison. Processo Civil Estrutural: Teoria e prática. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.

VITORELLI, Edison. Litígios Estruturais: decisão e implementação de mudanças sociais relevantes via processual. IN: ARENHART, Sergio Cruz; JOBIM, Marco Félix (coord). Processos Estruturais. 3ª ed. Salvador: Juspodivm, 2021.